



Câmara Municipal da Estância Turística de Barra Bonita - SP

PARECER JURÍDICO

Projeto de Lei Complementar nº 4/2026

Trata-se de Projeto de Lei Complementar, de autoria do Chefe do Executivo, que cria emprego público efetivo de Técnico em Educação I – Especialidade: Monitor Escolar, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e dá outras providências.

Não há vício de iniciativa, considerando a sua apresentação pelo Prefeito.

Por outro lado, por força da autonomia administrativa de que foram dotadas, as entidades municipais são livres para organizar os seus próprios serviços, segundo suas conveniências locais. E, na organização desses serviços públicos, a Administração cria cargos e funções, institui classes e carreiras, faz provimentos e lotações, estabelece vencimentos e vantagens e delimita os deveres e direitos de seus servidores¹.

Dessa maneira, há liberdade conferida ao Poder Executivo para organizar os seus próprios serviços. Liberdade está que está subordina às seguintes regras fundamentais e impostergáveis: a) a que exige que essa organização se faça por lei; b) a que prevê a competência exclusiva da entidade ou Poder interessado; e c) a que impõe a observância das normas constitucionais pertinentes ao servidor público.

O projeto cumpre estes três requisitos, ao pretender estabelecer por lei complementar (artigo 42, parágrafo único, inciso VII, da Lei Orgânica do Município), de sua iniciativa exclusiva (artigo 43, inciso I, da Lei Orgânica do Município), dentro das normas constitucionais pertinentes aos servidores públicos, a criação de empregos públicos efetivos e funções gratificadas no quadro funcional da Prefeitura.

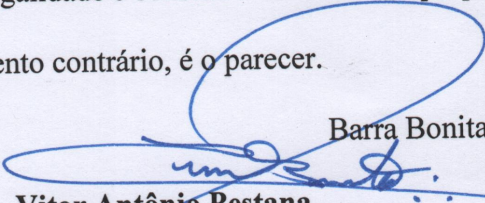
Quanto ao mérito, o emprego público de Técnico em Educação I – Especialidade: Monitor Escolar, tem por finalidade acompanhar os alunos da educação inclusiva, no suporte às atividades pedagógicas e na organização das rotinas escolares.

Sua criação se justifica diante da carência dessa especialidade nas unidades da rede municipal de ensino, em razão do crescimento das demandas educacionais e do aumento das necessidades de atendimento especializado.

Pelo exposto, opino pela legalidade e constitucionalidade da propositura.

Sem prejuízo de entendimento contrário, é o parecer.

Barra Bonita, 8 de junho de 2026.


Vitor Antônio Pestana
Consultor Jurídico
OAB/SP 240.431

¹ Hely Lopes Meirelles, Direito Municipal Brasileiro, 8ª. ed., São Paulo: Malheiros, 1996, p. 420.